

# OS RECENTES SINAIS DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE

## **NOELIA FELIPE**

Economista e Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM/PR; Professora do depto. de Universidade Estadual do Paraná.  
E-mail: noellia.felipe@gmail.com

## **MARIA JULIA SILVA PIVA**

Economista  
UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná/Apucarana,  
E-mail: majupiva@gmail.com

## **CESAR EDUARDOS. BAGNOLO**

Mestre em Engenharia da Produção pela Unimep, Pós-graduado em instrumentalização Didática e Pedagógica pela IMI Instituto Maria Imaculada de Mogi – Guaçu e Administração da produção pelo INPG. Professor do curso de Projetos Mecânicos da FATEC de Mogi Mirim.  
E-mail: cesar.eduardo12@terra.com.br

## **LUIZ FELIPE FERREIRA**

Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela PUC-Campinas. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais pela Universidade São Francisco. Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Fatec "Arthur de Azevedo".  
E-mail: luiz.ferreira@fatecmm.edu.br

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é discutir a atual crise econômica - que no mundo começou em 2008 - com forte impacto a economia brasileira e paranaense e as possibilidades recentes de recuperação. A metodologia utilizada é a da compilação de informações referentes e mediante a exploração de dados estatísticos do período. O grande problema do desajuste nacional aconteceu em 2015, um ano atípico, onde em 2014, a queda das compras e valorização das commodities impactaram na balança comercial brasileira, a crise externa, principalmente na Europa se agravou, a Rússia e a China, importantes compradores brasileiros também foram fortemente afetados pela contração imposta pela crise. A balança brasileira perdeu divisas em 2014 e 2015, levando nos anos seguintes a desvalorização de grandes empresas e generalizando queda nas

bolsas de todo o mundo. Com este trabalho espera-se poder apresentar as principais questões que atualmente positivamente respondam a crise com sugestões de reversão do processo.

**Palavras-chave:** Crise. Desenvolvimento. Brasil e Paraná

## ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the current economic crisis - which started in 2008 in the world - with a strong impact on the Brazilian and Paraná's economy and the recent possibilities of recovery. The methodology used is the compilation of related information and the exploitation of statistical data of the period. The major problem of national mismatch occurred in 2015, a non-typical year, where in 2014, the fall in purchases and valuation of commodities impacted the Brazilian trade balance, the external crisis, especially in Europe became worse. Russia and China, major buyers from Brazil were also strongly affected by the contraction imposed by the crisis. The Brazilian balance lost currency in 2014 and 2015, leading, in the following years, to the devaluation of large companies and generalizing fall in stock markets around the world. With this work we hope to be able to present the main issues that currently, positively answer the crisis with suggestions for reversing the process

**Keywords:** Crisis. Development. Brazil and Paraná.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de intervenção do Estado, passa pelo aperfeiçoamento das instituições – a pergunta que se faz é a de que: será que o recente crescimento até 2014 se esgotou? Com expansão do crédito, a disputa da situação mais confortável do Brasil, depois de 20 anos da crise, saímos melhor da crise de 2008 para o maior endividamento das famílias, enquanto os países desenvolvidos cresceram com base nos déficits familiares. No século XXI os países periféricos estão exportando. Será que o modelo exportador se sustenta, se os países centrais estão endividados, e qual o papel do Brasil e do Paraná numa inserção internacional? Depende também da estabilidade da moeda e de instituições adequadas. Alguns pontos como: luta rompendo a ruptura da carência de democracia floresceu em alguns países em desenvolvimento, mas é preciso estar atento contra novas frentes de conservadorismo. É nesse contexto que a retomada da discussão do crescimento sustentável é esperado com novo padrão de desenvolvimento sustentável que aos poucos possa reverter o processo de crise.

Mas, porque juros reais tão elevados? É assim que se chega à estabilização da moeda e do desenvolvimento? Os juros não são um

remédio amargo conta o desenvolvimento? E o desenvolvimento cambial com câmbio flutuante? Até quando o país terá condições de promover intervenções para aplacar a ira do câmbio em tempos de crise? Como os recursos naturais poderão auxiliar no processo de desenvolvimento? Com a redução dos recursos naturais vem à desindustrialização, tem a conjuntura global e perspectivas de reduzido crescimento na economia mundial das exportações em momento pós crise; e, neste atual cenário, tem ainda o efeito China, com poderes de impactar fortemente na economia mundial, provocando grandes ajustes para mais e para menos no processo de crescimento dos produtos do mundo.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A seguir a contextualização teórica da teoria Keynesiana.

### 2.1 A Teoria Keynesiana

A Teoria Neoclássica é a de que o mercado se equilibra por si só. Mas, existem premissas diferentes sobre a promoção do emprego, importante para o equilíbrio das economias. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (Teoria Geral) foi publicada nesse contexto e veio de Cambridge, um meio em que Marshall e seus discípulos buscavam teorias cujas

conclusões eram otimistas em relação às forças persistentes do mercado. Ainda que admitissem imperfeições e falhas nos mecanismos de mercado, que justificariam intervenções do Estado, havia forte crença na tendência dos desequilíbrios se ajustarem automaticamente. Foi nesse ambiente, cultivado em Cambridge, onde Keynes publicou sua obra e o termo “revolução” (KEYNES, 1992).

A Teoria Geral, em oposição às ideias anteriores, conclui, basicamente, que a economia pode sofrer com insuficiência de demanda, rígida oferta no mercado de trabalho, o que implica em desemprego involuntário; diante de tais situações de baixa demanda e desemprego persistente, Keynes argumentava que não há motivos teóricos, nem indícios na realidade, para crer que a economia seja, por si só, auto ajustável.

Segundo Keynes (1992), a ênfase no termo “geral” se justifica por ser uma teoria que se aplica não só ao caso especial do pleno emprego, como ocorria na abordagem ortodoxa, mas, aos casos que se coadunam com a realidade observada nas economias capitalistas.

Keynes (1992), faz oposição aos clássicos, que diziam que a oferta criava sua própria demanda (lei de Say), que o desemprego era esporádico, ou seja, que ao sabor do mercado, logo as pessoas desempregadas iriam ter seus empregos de volta, mas isso não acontecia, porque na época o desemprego na Inglaterra, por exemplo, alcançava altas taxas. Keynes (1992), diz que não é a oferta que cria a demanda, e sim a demanda que cria a oferta. Ele parte do princípio de que a demanda efetiva é o fator que determina o nível de produção, essa demanda efetiva não é apenas a demanda efetivamente realizada, mas ainda o que se espera que seja gasto em consumo das famílias, mais o que se espera que seja gasto em investimento pelas empresas. O Princípio de que o desemprego pode ser eliminado através de obras públicas, parte do multiplicador Keynesiano, esse ciclo se inicia com a criação de obras públicas pelo Estado, contratando pessoas para trabalharem, o que vai gerar salário para elas. Esse salário será revertido em consumo de bens. Assim, a economia fica

aquecida e o desemprego praticamente não existe.

Keynes (1992), defendia a intervenção do governo na economia, quando ela se encontrasse na condição de nível elevado de desemprego involuntário; e, de insuficiência crônica de demanda efetiva, como forma de retomar uma nova etapa de crescimento, reaquecendo uma economia estagnada ou em recessão; o que não poderia acontecer como preconizado pela teoria neoclássica, através dos mecanismos auto reguladores do mercado.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir apresenta-se os resultados e discussões deste artigo

### 2.1 Avanços da Política Econômica Brasileira

Esta seção apresenta algumas ações adotadas pelo governo para estabelecer o crescimento diante a propagação da crise iniciada em 2008, onde a demanda e mobilização econômica dos países, com políticas econômicas eficazes para a proteção do produto nacional e manutenção da garantia do crédito e da liquidez.

Segundo relatório do Banco Central (BACEN, 2018a), em 2008 a minimização dos efeitos internacionais sobre a liquidez, confiança dos consumidores e substituição da escassez ao crédito internacional, se mantiveram sólidos com base no aprofundamento no mercado de crédito doméstico. A restrição de liquidez no segmento de bancos de pequeno e médio porte, fez com que o (BACEN, 2018 a) adotasse medidas para assegurar a estabilidade; como redução do recolhimento compulsório sobre o depósito bancário; autorização para utilizar cerca de 70% de seus recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo; para compra de direitos creditórios no mercado interbancário, com o intuito de diminuir o *spread* bancário, minimizar o custo ao crédito e garantir a liquidez.

Como apresentado na **tabela 1** a seguir, a expansão das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), envolveu o segmento de recursos livres e direcionados ao longo do período de 2008 a 2019.

Tabela 1: Evolução do Crédito nacional, em R\$ bilhões, 2008-2019:

RECURSOS:	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Livres	871,2	954,5	1.116	1.304,8	1.399,2	1.506,8	1.577,2	1.614,3
Direcionados	356,1	459,8	589,8	725,2	969,2	1.204,6	1.440,3	1.582,2
<b>Total:</b>	<b>1.227,3</b>	<b>1.414,3</b>	<b>1.705,8</b>	<b>2.030,1</b>	<b>2.368,4</b>	<b>2.711,4</b>	<b>3.017,50</b>	<b>3.219,50</b>
RECURSOS:	2016	2017	2018*	2019*				
Livres	1.670,4	1.678,9	1.687,8	1.704,8				
Direcionados	1.648,7	1.684,5	1.701,6	1.739,4				
<b>total:</b>	<b>3.319,1</b>	<b>3.363,4</b>	<b>3.389,4</b>	<b>3.444,2</b>				

Fonte: bacen, (2018a, 2018b; WORLDBANK, 2018).

#### \* Dados aproximados.

Em 2009 a variação nos recursos direcionados em relação a 2008, foi próximo a (29,12%) positivo; seguindo 2010 (65,63%); 2011 (103,65%); 2012 (172,17%); 2013 (238,28%); 2014 (304,47%); e, em 2015 alcançando (344,31%) com base em 2008. A atuação dos Bancos Públicos se tornaram mais frequentes em resposta à crise, no âmbito fiscal, o governo federal baseou-se em cinco principais frentes: i) expansão dos investimentos do PAC de 2007; ii) Programa Minha Casa Minha Vida subsidiada em grande medida pelo crédito habitacional direcionado; e, (BNDES) com R\$ 28 bilhões em subsídios e R\$60 bilhões em investimentos; iii) Plano Safra 2009-2010 com R\$107 bilhões; iv) manutenção e expansão dos programas sociais (bolsa família - R\$12 bilhões – e, reajuste do salário mínimo que injetou R\$20 bilhões na economia em 2009; e, v) redução de tributos: IRPF, IPI, IOF, PIS/COFINS (BACEN, 2018a, 2018b; IBGE, 2018; PAC I; PAC II, 2018).

Como pode-se observar no período de 2008 á 2019, com dados aproximados, o crescimento do crédito de recursos direcionados, foram reflexo da atuação das instituições financeiras públicas na tentativa de políticas anticíclicas, o que de fato dever-se-ia ser feito segundo a teoria Keynesiana. Com a nova orientação política notadamente pós 2016 impactou fortemente no crescimento creditício, ficando tecnicamente estacionados, com amplos reflexos nos aspectos de crescimento econômico do produto final da economia brasileira.

## 2.2 O Brasil e o Comércio Internacional

Em função da forte oscilação dos preços das *commodities*<sup>1</sup> nos últimos anos, trouxeram a economia diversos impactos nas receitas de exportação, dado o fato de que a participação relativa dos produtos não industriais na pauta de exportações brasileiras praticamente dobrou – de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), sendo de fundamental importância analisar, quais os efeitos dos preços das *commodities* sobre a economia brasileira?

Estes insumos alimentam a indústria nacional, porém em sua maioria são destinados ao mercado internacional, a variação no preço das *commodities* não só afeta a balança comercial; pela grande representatividade nos produtos brasileiros exportados - como apresentado na **tabela 2** a seguir - mais também os preços dos bens finais, taxa de câmbio, a renda nacional, demanda agregada e consequentemente variações inflacionárias.

<sup>1</sup>Operações formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras, excluídas as operações de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou quaisquer outras lastreadas em recursos compulsórios, ou governamentais.

<sup>2</sup>Créditos direcionados são aqueles destinados a determinados setores, ou atividades realizadas com recursos regulados em lei, ou normativo.

<sup>3</sup>*Commodities* são mercadorias e produtos de baixo valor agregado e trabalho industrial, dividido entre agrícolas, metais e Energia Fóssil.

**Tabela 2** - Exportações de produtos de *commodities* do Brasil, em percentual – 2016-2018:

	Soja	Material de Transportes	Petróleo e Derivados	Minérios Metalúrgicos	Carne	Indústria Química	Metalúrgicos
<b>2016</b>	14	14	7	9	7	7	6
<b>2017</b>	13,8	14,2	8,8	8,9	6	6,8	7,6
<b>2018</b>	14	14	10	8,4	4,8	6,5	8,4
	Açúcar e Alcool	Máquinas e Instrumentos mecânicos	Papel e celulose	Café	Outros		
<b>2016</b>	6	4	4	3	19		
<b>2017</b>	6	4,5	4,2	3,2	16		
<b>2018</b>	5,5	5,5	3,5	2	17,4		

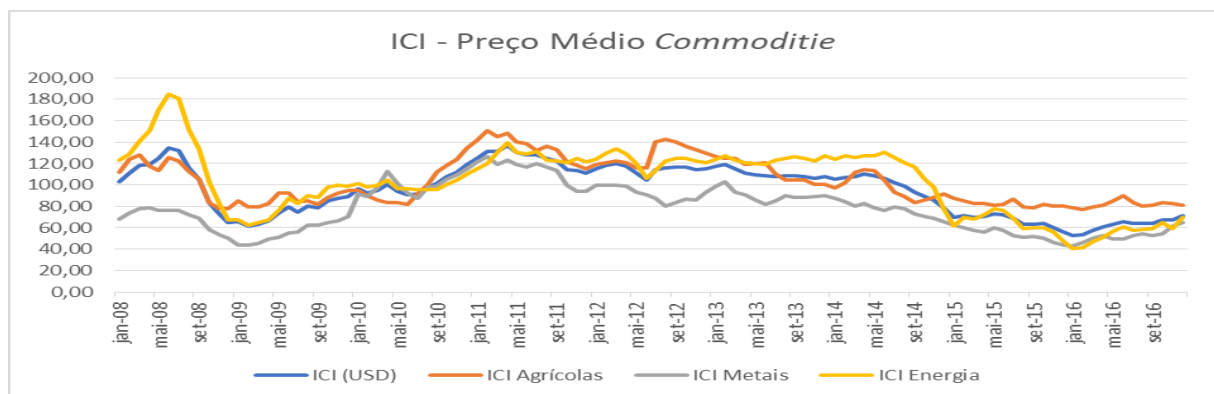
**Fonte:** Adaptado de MIDIC, 2018; IBGE, (2018).

Em 2016 a receita pela exportação somou cerca de US\$185,2 bilhões, com superávit de US\$47,692 bilhões, o que segundo (MIDIC, 2018) passou a ser o maior superávit da História. Os impactos sobre a economia brasileira desde 2008, não foram maiores em decorrência do crescimento de seus principais aliados comerciais consumidores das *commodities* nacionais, e pelo país apresentar variedades na pauta exportadora, sendo a China o principal país consumidor em volume nos últimos anos.

Em 2011, a receita pelas exportações foram cerca de US\$256,0 bilhões, devido ao aumento do preço das *commodities* e do aumento na quantidade demandada pelos países aliados comerciais. O chamado *boom* das *commodities* começou em 2004, o Brasil conseguiu aproveitar a época de prosperidade usufruindo do acréscimo na quantidade demandada e preço,

aproveitando-se do embalo de uma política de câmbio com Real desvalorizado. As exportações para a China aumentaram mais de 500% entre 2005 e 2011, o que contribuiu para o crescimento do PIB brasileiro, mesmo com a crise de 2008. Para o período 2016-2018 é possível observar uma estabilidade dos produtos exportados com destaques para soja, materiais de transporte e quedas no setor de carnes, açúcar e álcool e papel e celulose.

O ICI *commodities* é um indicador índice usado pelo Banco Itaú, composto pelas médias mensais dos preços internacionais de dezesseis das principais *commodities*, ponderadas com base no valor global da produção de cada uma delas, sendo divididas em três grupos: agrícolas, metais e energia, como segue as dispersões no **gráfico 1**.

**Gráfico 1** - Exportações brasileiras por grupo de produtos, em US\$ milhões, 2008-2016:

**Fonte:** Adaptado de ITAÚ e MIDIC (2018); CORREIA, ET ALL, (2018).



Verificando o gráfico 1, é notório a queda das médias ao fim de 2014, o que agravou o cenário de crescimento em 2015, queda dos preços implica em perdas da receita de exportação, diminuição das perspectivas pelos produtores, o que implica diretamente na quantidade de estoques em reserva e na perspectiva a ser produzida para o próximo ciclo. Se as quantidades de produtos diminuem os preços conseqüentemente aumentam, pelo princípio da escassez, tratando-se de *commodities* insumos, resultaram no acréscimo, ou inflação de preços para os bens finais da economia doméstica.

As exportações brasileiras contribuíram para que os impactos da crise de 2008 fossem amenizados; o crescimento se manteve mediante grandes receitas até o fim de 2014; porém, as mudanças estruturais em alguns dos principais países demandantes de matéria prima, afetaram negativamente a quantidade demandada e conseqüentemente os preços finais praticados.

A sobrevalorização do Real diante do Dólar, até o final de 2015-2016, foi um artifício para assegurar o nível de renda aos produtores, estados como o Paraná que tem seu PIB (22%), fortemente baseado no agronegócio estiveram favorecidos, com os produtores incorporando maior volume de renda.

### **3 OS IMPACTOS DA CRISE NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA PARANAENSE**

Nesta seção apresenta-se medidas relacionadas a economia paranaense, para manter o crescimento econômico, dos setores agrícolas e de infraestrutura, que obtiveram resultados positivos. Criado em 2007 com duração a 2010, o plano de aceleração do crescimento, em âmbito federal visava, planos estratégicos de curto e longo prazo, para o desenvolvimento da economia brasileira, mediante incentivos governamentais intervencionistas via crédito facilitado, taxa de juros, projetos de infraestrutura e habitacional. Estas medidas foram decisivas para o enfrentamento da crise norte americana de 2008 em diante, o que garantiu crescimento e sustentabilidade das atividades econômicas do país envolvendo o paraná. Na economia paranaense, teve-se papel fundamental garantindo-se o crescimento econômico, havendo repasses

federais de cerca de 33,7 bilhões, distribuídas entre ações de melhoria da logística, distribuição e produção energética; e, social urbana (PAC I e PAC II, 2018).

No referente ao plano estratégico de logística, o estado passou a contar com melhorias e ampliações das rodovias, ferrovias e hidrovias, para o melhor escoamento dos produtos aos portos de embarque e desembarque; aumentando a mobilidade da produção agrícola e industrial; o que beneficiou o consumo interno; e, as exportações pela mobilidade ao Porto de Paranaguá (IPARDES, 2018a). Outra importante medida desse período, foi o aumento do subsídio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), garantindo crédito para o produtor rural e estimulando o mesmo à produção agrícola mediante subsídio de fácil acesso, a taxa de juros reduzidas, garantindo o desenvolvimento agrário no Paraná. O processo iniciado em 2003, só naquele ano foram contratados cerca de 101.616 novos contratos, o que rendeu cerca de 304,9 milhões ao estado; já no período de 2009/2010, momento crucial da crise mundial, foram efetuados cerca de 117.829 novos contratos, rendendo aproximadamente R\$ 1.317,490 direcionados a indução da economia do estado (IPARDES (a); (IPARDES (b), 2018; FAEP, 2019; CORREIA, ET ALL, (2018).

#### **3.1 A Indústria e o Emprego na Economia Paranaense**

Na economia paranaense, os efeitos da crise mundial de 2008 afetaram principalmente as empresas destinadas à exportação, sendo setores como indústria e transformação de bens, comércio e serviços segmentos que sentiram com maior peso os efeitos negativos. O que por sua vez, fez com que os investimentos de curto prazo fossem adiados, resultando na diminuição da produção, pelo acúmulo de estoques nas empresas e na demissão de significativa parte da massa de trabalhadores desses segmentos.

Segundo os dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), a indústria da transformação é composta pela produção de diversos produtos como: Alimentos que somam cerca 24,2%; Veículos automotores

que contribui com cerca de 17,1%; Refino de Petróleo e produção de Álcool 9,4%; Máquinas e Equipamentos 4,7%; produção de Papel e Celulose em 4,4%; produtos Químicos 4,6%; e, outros com cerca de 35,4%; que juntos totalizam o desempenho do setor industrial. Conforme apresentado na tabela 3 a seguir, é possível observar, os impactos no mercado de trabalho paranaense, sendo observados os períodos de 2008 á 2018.

Em relação a **tabela 3**, a indústria de transformação vem sofrendo

turbulências nos últimos períodos, tanto no nível de exportação como no consumo nacional de produtos industrializados como: veículos automotores, máquinas e equipamentos bens de capital que seriam motivadas pela escassez; e, custo alto do crédito tanto para consumo, como para investimento; porém, o aumento no desemprego vem demonstrando menor ritmo, como observado na tabela 2 para os períodos de 2015 á 2018 espera-se que haja reversão até o fim do período de 2019.

**Tabela 3** – Crise e mercado de trabalho industrial paranaense, números absolutos, 2008-2018:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Indústria</b>	22.76 5	12.99 3	41.11 6	23.69 1	12.09 3	12.83 1	- 8.894	- 46.59 7	- 24.47 8	- 19.09 5	- 13.75 6
<b>Transformação</b>	21.79 7	12.82 9	40.11 9	21.64 5	11.31 0	12.43 4	- 8.927	- 46.32 3	- 23.90 1	- 19.22 1	- 17.33 6
<b>Comércio</b>	33.06 7	22.77 5	36.11 0	30.52 1	25.93 5	25.87 3	12.26 0	- 13.04 4	- 7.810	- 6.368	- 4.633
<b>Serviço</b>	35.68 6	27.37 7	49.79 1	47.79 3	31.95 9	36.36 8	29.38 9	- 4.659	- 11.82 4	- 6.149	- 5.033

**Fonte:** Adaptado de IPARDES (b), (2018); MTE, (2018); CORREIA, ET ALL, (2018).

#### \*Dados aproximados.

Ao fim do primeiro trimestre de 2019, o saldo negativo para a perda de empregos ficou em 56.527 postos de trabalhos, o ensaio de recuperação de 2017 encontra-se travado em 2019, impactado pelas incertezas do mundo político nacional que impacta no estadual. A indústria mostra pequena recuperação em 2018 e 2019, enquanto serviços e comércio mostra pequena melhora com o comércio se mantendo próximo da estagnação, o segundo semestre de 2019 pode mudar o panorama paranaense pra positivo, o que depende da redução das incertezas políticas/econômicas. A quebra de safra e as turbulências políticas promoveram um efeito de recuo de 0.6% no PIB paranaense de 2018, o que penalizou a recuperação dos setores de comércio e serviços.

### 3.2 Importação e Exportação na Economia Paranaense

Nos últimos anos a balança comercial do estado vem sofrendo com grandes oscilações e perdas, devido a

diminuição da demanda dos principais países como China, Argentina e Estados Unidos. Como apresentado na tabela 4 a seguir, é possível observar o comportamento dos últimos anos da balança comercial do estado, tendo atualmente obtido valores positivos, decorridos da queda de importação de bens de capital e insumos, devido ao desaquecimento do consumo do mercado interno. Por exemplo, no consumo ao setor automotivo, e pela sobrevalorização do dólar, o que fez com que os custo de insumos e de produção sofressem reajustes, encarecendo o bem e dificultando as importações.

Em 2015, o valor exportado pelo agronegócio obteve representação de 78% do valor total das exportações, o que segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, o ano foi marcado pela maior participação deste setor, já registrada desde 2000.

**Tabela 4** – Evolução da Balança Comercial paranaense, em bilhões de R\$, 2008-2018:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*	2018*
<b>IMP</b>	9,01	14,57	9,62	13,95	18,76	19,38	19,34	17,29	12,44	11,09	12,06	12,56
<b>EXP</b>	12,35	15,24	11,22	14,17	17,39	17,70	18,24	16,33	14,90	15,20	14,36	14,73

**Fonte:** Adaptado de IPARDES (c), (2018); MIDIC, (2018); FAEP (2019).

**\*Dados aproximados**

No Paraná atualmente os principais produtos exportados, responsáveis pelo saldo positivo da balança comercial são as commodities como: Complexo Soja responsável por cerca de 29,7%; complexo Carnes respondendo por 17,4%; Açúcar 6,3%; Madeiras e Manufaturas do setor madeireiro 6,0%; Papel e Celulose 5,7%; entre outros (34,9). Sendo que os principais destinos desses produtos são países como: China, União Europeia, Argentina, Estados

Unidos como apresentado na tabela 4. Constituindo as importações estão os Produtos Químicos 27,7%; Material de Transporte e componentes 15,2%; Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos 13,1%; Petróleo e derivados 11,4%; Materiais elétricos e eletrônicos 6,7%; entre outros (25,9). Entretanto, a crise de emprego, renda e consumo, tem reduzido o volume produtivo das empresas, que se utilizam destes

**Tabela 5** – Os compradores do agronegócio paranaense, em mi. US\$, 2016-2018:

ANO	China	Arábia Saudita	Índia	Hong Kong	Coréia Sul	UE	EUA	Japão	Emir Árabe	Argentina
<b>2016</b>	27	5	4	2	2	15	2	3	2	2
<b>2017</b>	26	6	4,8	2,4	2,4	18,2	2,5	3,7	2	1,6
<b>2018*</b>	27,2	5	4,9	2,2	2,5	18,3	2,5	3,3	1,8	1,4

**Fonte:** Adaptado da IPARDES (c), (2018); FAEP, (2019).

**\*Dados aproximados.**

Atualmente a economia chinesa nos últimos anos vem sofrendo mudanças estruturais em sua conjuntura, as últimas medidas políticas, tem como objetivo passar do atual modelo dependente de investimento, para outro baseado em consumo. Apoiando o crescimento no desenvolvimento de infraestruturas, com barateamento ao crédito imobiliário. Essas mudanças podem trazer consigo especulação por parte dos investidores no futuro, em decorrência da não

premeditação do objetivo claro da economia chinesa, o que conseqüentemente se diluirá pela economia global, afetando o fluxo de comércio entre as nações. A guerra comercial entre EUA e China é um reflexo de ajustes deste mercado, pelos americanos se vendo ameaçado pela continuada expansão chinesa. Para o Paraná e Brasil pode ser preocupante a medida que a instabilidade cambial possa prejudicar a competitividade nacional com os frequentes indícios de desvalorização da moeda chinesa.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conclusão do trabalho, aponta para a importância da presença do estado com papel fundamental para o direcionamento ao crescimento econômico até 2014; e, teve papel crucial para minimização dos impactos vindos do exterior, na tentativa da diminuição da dependência externa, mediante o aquecimento da demanda agregada. Porém, as empresas não se desenvolveram de acordo com o esperado, mediante a concessão de incentivos fiscais, para que se mantivesse o crescimento de antes da crise.

Os impactos sobre a economia brasileira pós 2008 e nos anos que se seguiram até 2014, não foram piores em decorrência do crescimento de seus principais aliados comerciais e consumidores das *commodities* nacionais, sendo a China o principal país consumidor, em volume nos últimos anos. Porém, pós 2014 e atualmente a economia Chinesa vem passando por mudanças estruturais em sua conjuntura; as últimas medidas políticas, tem como objetivo vencer o modelo dependente de investimentos externos, para outro baseando-se no dinamismo do consumo interno, o que



poderá trazer vantagens para a economia brasileira e paranaense, na medida em que o dinamismo chinês ofereça as respostas gerais, o estado cumpriu com seu dever de provedor e indutor ao crescimento, favorecendo a conjuntura, com crédito e investimento. Porém, a estrutura econômica brasileira apresentou deficiência, quando o crescimento passa a depender enfaticamente do mercado interno, apresentando-se insustentável ao fim de 2014 e somando-se a isso a forte desvalorização das *commodities* aliada à elevação da taxa de juros.

A indeterminação de uma taxa básica de juros, menos oscilativa para a economia; falta de duradoura política econômica eficaz para o controle de inflação; também são fortes influenciadores da queda do crescimento; resultantes em especulação interna e externa; o que interfere, diretamente nos investimentos e retarda a retração da crise. Atualmente o que se vê, são políticas contracionistas fortemente favoráveis a um ambiente de prolongamento da crise, com aumento da desigualdade e do desemprego, que merece uma análise detalhada a parte.

## REFERÊNCIAS

PAC I - Plano de Aceleração do Crescimento. **Relatório sobre o PAC I.** <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>, Acesso em 12/12/2018.

PAC II - Plano de Aceleração do Crescimento. Publicações Nacionais, **11º Balanço Completo do PAC – 4 Anos (2007 a 2010)**, <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais?ano=2010&keyword=>>>, Acesso em 12/12/2018.

WORLD BANK. **Indicators, Economy & Growth.** <<http://data.worldbank.org/indicator>>, Acesso em 13 de setembro de 2018. **REFERÊNCIAS**

BACEN (a) - Banco Central do Brasil, **Investimento Estrangeiro Direto – Matriz país x setor.** <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>>, Acesso em 11/11/2018.

BACEN (b) - Banco Central do Brasil, **Relatório de Economia Bancária e**

**Crédito**, <<https://www.bcb.gov.br/?spread>>, Acesso em 12 de dezembro de 2018.

CORREIA, Paulo Cruz; NICOLUCI, Misael Victor; SANTADE, Helio Oliva Amaral; e, GODOY, Paulo Sergio Silva. **BRASIL E O ESTADO DO PARANÁ: O Desequilíbrio do Crescimento Econômico no Final da Década, Cenários e Perspectivas.** RACRE -Revista de Administração, Esp. Sto. do Pinhal- SP, V.18 N. 22, Jan./Dez. 2018.

FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Commodities, Indicadores Econômicos** <<http://www.sistemafaep.org.br/faep>>, Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Séries Históricas e Estatísticas, Produto Interno Bruto (PIB).** <[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil)>, Acesso em 09 de Outubro de 2018.

IPARDES (a) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, **Paraná em Números, Atividades Econômicas**, <[http://www.ipardes.pr.gov.br/pr\\_numeros/index\\_pr\\_numeros\\_pt.htm](http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm)>, Acesso em 15 de outubro de 2018.

IPARDES (b) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, **Paraná em Números, Mercado de Trabalho**, <[http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/emprego\\_formal.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/emprego_formal.pdf)>, Acesso 20 de julho de 2019.

IPARDES (c) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, **Indicadores, Econômicos do Setor Externo**, <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_contento=1&sistemas=1&cod\\_sistema=5&grupo\\_indic=1](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_contento=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=1)>, Acesso 21 de Dezembro de 2018.

ITAÚ - Análises Econômicas, Nossas Séries, **ICI Commodities**, <<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/nossas-series-economicas/ici-commodities>>, Acesso em 15 de agosto de 2018.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

MIDIC - Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio. **Comércio exterior – exportações 2016 e 2017;** Visto em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acessado em 10 de dezembro de 2018.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.  
**Evolução de Emprego do CAGED – EEC**,  
<<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego>.

xhtml#relatorioSetor>, Acesso em 20 de agosto de 2018